



RELATÓRIO CONCLUSIVO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA ACESSIBILIDADE DO CAU/SP

1. MEMBROS

Silvana Serafino Cambiaghi	Coordenadora
Mel Gatti de Godoy Pereira	Coordenadora Adjunta
Eduardo Flores Auge	Membro
Rogério Romeiro	Membro
Ludimila de Fátima Biussi Afonso	Membro

2. PRAZO DE VIGÊNCIA

MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2019

3. FINALIDADE/COMPETÊNCIAS/ATRIBUIÇÕES

Competirá à Comissão Temporária de Acessibilidade, no âmbito de sua competência:

I - propor ações de difusão da Acessibilidade;

II - propor ações que visem promover a participação de arquitetos e urbanistas no desenvolvimento de conceitos do desenho universal nos projetos, legislação e Normas Técnicas;

III - propor a discussão do tema da acessibilidade e desenho universal nas interfaces da atuação de arquitetos e urbanistas nas áreas da habitação de interesse social, patrimônio cultural, desenho urbano, dentre outros, em sintonia com as demais Comissões que tratem de temas correlatos;

IV - propor o estabelecimento de convênios com órgãos públicos para a capacitação de pessoal e apoio técnico relativos à acessibilidade;

V - elaborar minutas de projeto de lei sobre temas relacionados à acessibilidade;

VI - assessorar a Presidência e as Comissões Ordinárias, Especiais e Temporárias nos assuntos relacionados à Acessibilidade; e

VII - Elaborar e submeter ao Conselho Diretor do CAU/SP relatório sobre as atividades desenvolvidas no período.

4. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES

4.1. Introdução;

Considerando a promulgação da Lei 13.146/2015 também denominada, Lei Brasileira de Inclusão, que apesar de sua denominação trata de muitos assuntos referentes a atuação profissional de arquitetos e urbanistas, em especial no seu §1º do art. 56 definindo que em todo projeto ou obra as entidades de fiscalização profissional das atividades de Engenharia, Arquitetura e correlatas, ao anotarem a responsabilidade técnica de projetos, devem exigir a responsabilidade profissional declarada de atendimento às regras de acessibilidade;

Considerando que para a aprovação, licenciamento ou a emissão de certificado de projeto executivo arquitetônico, urbanístico e de instalações de equipamentos temporários ou permanentes e para o



licenciamento ou a emissão de certificado de conclusão de obras ou de serviços, deve ser atestado o atendimento às regras de acessibilidade;

Considerando que todo o normativo referente a Uso e Ocupação do Solo dos municípios do Estado de São Paulo, deve ser adequado à Lei Brasileira de Inclusão, a saber: planos diretores municipais, códigos de obras e posturas, planos diretores de transporte e trânsito, planos de mobilidade urbana, planos de habitação, e planos de preservação de sítios históricos, assim como as atividades de fiscalização e imposição de sanções e as normas referentes à prevenção contra incêndio;

Considerando que o art. 55 da referida Lei determina que a concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico deverão ter como regra o “Desenho Universal”;

Considerando que as determinações da Lei 13.146/2015 trazem reflexos à formação do arquiteto e urbanista no que se refere à capacitação para o futuro profissional assumir as responsabilidades que a Lei lhes imputa;

Considerando que toda essa responsabilidade recai sobre o profissional arquiteto e urbanista, tanto naqueles já formados e atuantes na profissão quanto naqueles que estão em processo de formação; e

Considerando que ao CAU/SP cabe a adoção de ações que visem atender às demandas advindas da área, atuando proativamente nas representações, interação com órgãos públicos, difusão do conhecimento e divulgação.

A Comissão Temporária de Acessibilidade neste período realizou suas reuniões ordinárias conforme o calendário definido em plenária e 2 extraordinárias para elaboração dos planos conforme o cronograma de atividades.

Realizou o convênio com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, onde foram elaborados workshops, seminários e palestras, conforme o plano de ação para o público externo e interno do CAU/SP.

Reuniões de coordenadores entre Comissão de Ensino e Formação, UIA, Fiscalização.

Elaboração de *briefing* para a Comissão Temporária UIA, descrições para elaborações de folders, cartilhas, entre outros.

Tratativa para com Comissões Temporárias de Acessibilidade do CAU/UF e Comissão Parlamentar do CAU/BR para alinhar as adequações no site para torna-lo acessível, também quanto a legislação na declaração do RRT.

4.2. Exposição dos Resultados

- 1. Reuniões na SEDE do CAUSP – reuniões ordinárias e extraordinárias.**
- 2. Briefing para a Comissão Temporária do UIA.**
- 3. Tratativas para elaboração de Cartilhas de Acessibilidade**
- 4. Seminário de Acessibilidade em conjunto com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - SMPED e Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA**

Número de Participantes – 128 profissionais.

“O Impacto da LBI na Acessibilidade”,

DATA: 06 de setembro, 9h30 às 12h30

LOCAL: SESC 24 de Maio

Programação

09h30 – Recepção

10h – Abertura

Cid Torquato, Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência



Marcos Penido, Secretário Municipal das Sub Prefeituras Regionais

Luiz Ricardo Santoro, Secretário Adjunto, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras

Fernando Tulio, Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, IAB

Valdir Bergamini, Vice Presidente, Conselho de Arquitetura e Urbanismo, CAU

Ligia Helena Ferreira Zamaro, Gerência de Educação para Sustentabilidade e Cidadania, representando o SESC SP

Silvana Cambiaghi, Presidente, Comissão Permanente de Acessibilidade, CPA

10h30 – Painel 1 “Acessibilidade e Desenho Universal na LBI”

Moderador: Arquiteto Luiz Fisberg

Selo de Acessibilidade Arquitetônica, palestrante Arquiteta Silvana Cambiaghi, CPA

Acessibilidade: Responsabilidade Profissional, palestrante Arquiteta Ana Luisa Dantas Coutinho Perez

Bienal de Acessibilidade e Desenho Universal, palestrante, Marco Peixe D’Elia, IAB

11h30 – Painel 2 “Acessibilidade na Prática”

Moderadora: Arquiteta Mel Godoy

Case Tribunal de Contas do Município de São Paulo, apresentado pelo Arquiteto José Berti Kirsten e Eng. Gilberto Serai

Case Biblioteca Mario de Andrade, apresentado pela Arquiteta Renata Semin

Case SESC 24 de Maio, apresentado pela arquiteta Marta Moreira, colaboradora do Arquiteto Paulo Mendes da Rocha, responsável pelo projeto.

12h15 – Conversa com os participantes

12h30 – Encerramento

5. Assinatura do Termo de Cooperação Técnica 01/SMPED/CAUSP/2018 para promoção de conceitos de Acessibilidade

Objetivo: Sensibilização dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo nos conceitos do Projeto de Acessibilidade e Desenho Universal é o objetivo do Termo de Cooperação Técnica
Data: 13/11, entre o CAU/SP e a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo.

Local: Sede da Prefeitura Municipal de São Paulo

6. Plano de Trabalho para Convenio Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEDPCD

Elaboração de Plano de Trabalho e tratativas para renovação ou novo Convênio entre Secretaria Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência – SEDPCD, já assinado pelo CAU/SP que está em vigor até novembro de 2018.

SEDPCD solicitou ao CAUSP um aditivo para extensão do convênio.

Objetivo: Elaboração de ministração e elaboração de workshops com gestores, técnicos municipais, arquitetos e urbanistas e universidades, entidades para discutir e aferir a aplicação da Lei 13.146/2015



7. Seminário de Acessibilidade em conjunto com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - SMPED e Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA
Número de Participantes – 30 profissionais.

Workshop “Acessibilidade na Responsabilidade Profissional, na Fiscalização e no Atendimento”

30 de novembro, 9h às 12h, SESC 24 de Maio

LOCAL: SESC 24 de Maio

Programação

9h - Recepção e café de boas vindas

9h30 – Abertura

- Marinalva Cruz, Secretária Municipal Adjunta da Pessoa com Deficiência
- Valdir Bergamini, Vice Presidente, Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, CAU/SP
- Silvana Cambiaghi, Presidente, Comissão Permanente de Acessibilidade, CPA

10h - Início dos trabalhos

O objetivo do encontro dos grupos técnicos da CPA e CAU será o relato sobre suas Atividades, colocação das principais dúvidas com relação à fiscalização, preenchimento de RRTs – Registros de Responsabilidade Técnica, discussão das diretrizes para Projetos e execução de obras, entre outras questões relevantes.

Composição Mesa

- Valdir Bergamini, Vice Presidente, Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, CAU/SP
- Mel Godoy, CAU/SP
- Ludimila Biussi, CAU/SP
- Rogério Romeiro, CAU/SP
- Silvana Cambiaghi, presidente CPA
- Priscila Libonati, Secretária Executiva CPA
- Eduardo Auge, CPA

12h – Encerramento

8. Seminário de Acessibilidade em conjunto com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - SMPED e Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA
Expectativa de número de Participantes – 100 profissionais

SEMINÁRIO "Acessibilidade: Soluções em Projetos Urbanos e Normas Técnicas"

27 de março de 2019, 10h às 16h, Centro Cultura São Paulo



Programação

- Mesa de Abertura -10:00h até 10:30h
- Secretário SMPED, Presidente do CAU/SP, Presidente da CPA, Coordenadora da Comissão de Acessibilidade e convidados

- Calçadas - soluções de Projeto das 10:30 as 11:45hs
- Representante SP Urbanismo – Luis Eduardo Surian Brettas
- Representante ABCP – Ricardo Humberto Moschetti

- Calçadas - usabilidade 11:45 as 12:30hs
Usuários com deficiência e mobilidade reduzida.
Convidado: Ana Claudia– Deficiente visual – CMPD
Convidado: Sidnei Tobias – Deficiente visual – Prodam
Convidada: Myrna dos Santos Melo – Pessoa em cadeira de rodas – SMPED

- Pausa para Almoço: 12:30 às 13:30 hs

- Mobilidade - 13:30 até as 14:00hs
- Representante da CET;
-Apresentação de *cases* de projeto

- Edificações 14:00 até as 15:15h
- ABNT NBR 9050:2015 - Situações omissas

- ABNT NBR 16537:2016 – Conflito em situações omissas

- DEBATE 15:15 h às 15:45h
- Encerramento – 15:45 às 16:00h

4.3. Justificativa de não cumprimento do cronograma ou plano de ação;

Considerando o cronograma de atividades, não foram elaboradas minutas de leis, pois consideramos neste primeiro ano a divulgação e disseminação de acessibilidade das leis, decretos, normativos, entre outros já existentes.

4.4. Análise crítica - resultados X metas.

Considerando os resultados com as metas, foram executados de acordo com o cronograma de atividade.

As atividades como: workshops, seminários e palestras foram consideradas totalmente satisfatórias, de acordo com o público presente e com os temas sempre relevantes.



As cartilhas já estão elaboradas com seus temas, conteúdo, apenas aguardando o encerramento da licitação de gráfica e liberação para execução.

Tratativas com as comissões todas as solicitações foram atendidas ou está em elaboração.

5. RECOMENDAÇÕES/SUGESTÕES

Considerando os trabalhos da Comissão realizados neste período, sentimos falta de um retorno as demandas solicitadas ao CAU/SP e leitura de nossas súmulas sobre os conteúdos que envolve nosso trabalho e retorno de solicitações.

Considerando que esta Comissão solicitou desde janeiro um padrão de relatório conclusivo e nos encaminhado apenas em março, e a necessidade da assinatura de todos os membros desta comissão e não há tempo hábil com a agenda estipulada em plenário do CAU/SP, encaminhamos com apenas a assinatura da coordenadora e solicitamos que os prazos de solicitações as comissões, seja maior para consideração aos membros.

6. ENCAMINHAMENTOS

Nos termos do art. 129 do Regimento Interno do CAU/SP solicita-se o envio do presente relatório ao Conselho Diretor do CAU/SP e posteriormente à Presidência do CAU/SP, para publicação no sítio eletrônico do CAU/SP.

7. ANEXOS

Em São Paulo, seminário aborda Lei Brasileira de Inclusão e acessibilidade





Aconteceu hoje, dia 06/09, na capital paulista, o Seminário “O Impacto da LBI na Acessibilidade”, organizado pela Comissão Temporária de Acessibilidade do CAU/SP, com apoio da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) da Prefeitura de São Paulo, do Sesc-SP, do Instituto de Arquitetos do Brasil – São Paulo e da Prefeitura de São Paulo.

Realizado na unidade do SESC 24 de Maio, o objetivo do evento foi discutir os avanços e impactos da Lei Brasileira de Inclusão na Acessibilidade. Os debates e estudos de casos realizados ao longo da atividade pretenderam potencializar a promoção da igualdade de oportunidades, tendo em vista a efetiva inclusão social.

O Seminário foi dividido em três mesas e contou com a participação de especialistas e autoridades. Os participantes falaram sobre a necessidade da promoção de uma cidade inclusiva, discutiram o Certificado e Selo de acessibilidade arquitetônica, ética profissional e trouxeram exemplos de projetos arquitetônicos de espaços públicos inclusivos e acessíveis.

Parceria CAU/SP e a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência

A primeira mesa do encontro destacou a assinatura de um protocolo de intenções para a formalização de Termo de Cooperação entre o CAU/SP e a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED). Participou da discussão Cid Torquato, secretário da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência; Luiz Santoro, secretário-adjunto da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB); Marcos Penido, secretário da Secretaria Municipal das Subprefeituras Regionais; Valdir Bergamini, vice-presidente do CAU/SP; Silvana Cambiaghi, coordenadora da Comissão de Acessibilidade do CAU/SP e presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência; Lígia Zamaro, gerente de educação para sustentabilidade e cidadania do SESC-SP; Fernando Túlio Salva Rocha Franco, presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil – São Paulo (IAB-SP).

Representando o SESC São Paulo, Lígia Zamaro falou sobre importância para a Instituição de assegurar a acessibilidade à pessoa com deficiência em suas unidades, além da acessibilidade social e socioeconômica para todos. “Garantir a possibilidade de refletir sobre acessibilidade de uma forma ampla e cidadã”, afirmou a gerente.

O vice-presidente do CAU/SP, Valdir Bergamini, saudou os participantes do evento e reafirmou a intenção do Conselho de promover a aproximação com a SMPED por meio de ações de sensibilização dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo nos conceitos do projeto de Acessibilidade e Desenho Universal. Aproximação que deve ser consolidada com a assinatura do Termo de Cooperação entre os órgãos.





O presidente do IAB-SP falou sobre a necessidade de construção de um projeto de cidade inclusiva de modo a promover espaços mais equitativos. Segundo o dirigente, o Instituto irá aderir formalmente ao Selo de Acessibilidade Arquitetônica. “Vamos começar uma campanha para divulgar, junto a toda rede de arquitetos, a importância de que as edificações que estão de acordo com todas as normas possam ter esse selo”, anunciou Fernando Túlio.

Silvana Cambiaghi destacou a importância do apoio das entidades que compõem o Colegiado Permanente das Entidades de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CEAU-SP, entre elas: ABAP (Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas), ABEA (Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo), IAB-SP (Instituto dos Arquitetos do Brasil-SP), SASP (Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo) e AsBEA (Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura).

De acordo com Luiz Santoro, na Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras existe a preocupação de que as obras novas estejam de acordo com as normas e com as condições de acessibilidade. “Nós temos também uma série de ações de recuperar o que já está feito de outros tempos, dando as condições necessárias hoje para todo mundo”, declarou o secretário.

Marcos Penido afirmou que a cidade deve garantir locais acessíveis para a população como um todo. Para ele, as pessoas devem ter as mesmas condições de locomoção pelos espaços. “Inclusão é ser igual para todos”, concluiu o secretário.

Em sua fala, Cid Torquato, discorreu sobre a importância da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) e que, além do selo de acessibilidade arquitetônica, a cidade de São Paulo agora também conta com o Selo de Acessibilidade Digital e, em breve, o Selo de Acessibilidade Comunicacional. Para o secretário é fundamental “atribuir valor a acessibilidade”, pontou.



Acessibilidade e Desenho Universal na LBI

Mediada por Luiz Fisberg, membro da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) e ex-conselheiro



do CAU/SP, a segunda mesa tratou de Acessibilidade e Desenho Universal na Lei Brasileira de Inclusão. Participaram da discussão Ana Luiza Perez, arquiteta e urbanista; Marco Antonio D'Elia, diretor extraordinário regional do IAB-SP; e Silvana Cambiaghi, coordenadora da Comissão de Acessibilidade do CAU/SP e presidente da CPA.

Silvana Cambiaghi iniciou a exposição explicando sobre como se deu a criação e a importância do Selo de Acessibilidade Arquitetônico. Segundo ela, é uma maneira de informar para todos que uma determinada edificação tem o certificado de acessibilidade. “Onde tem o selo e o certificado diz que o prédio consegue atender a todos”, ressaltou a presidente da CPA.

Acessibilidade e responsabilidade profissional foi o tema abordado por Ana Luiza Perez. Para a arquiteta, o direito universal, que determina que todo indivíduo deve ter acesso as edificações de uso público ou edificações privadas de uso coletivo, tornou-se tanto um uso ético e legal, assim como, um assunto técnico e arquitetônico. “Construir um espaço acessível, envolve construir espaço para todos”, salientou a profissional.

O diretor extraordinário regional do IAB-SP falou sobre Bial de Acessibilidade e Desenho Universal. Ele informou como está sendo o processo de criação da 12ª edição da Bial Internacional de Arquitetura, a ser realizada em 2019, e a busca para que a sociedade possa colaborar na produção deste evento de maneira a torná-lo mais inclusivo.



Acessibilidade na Prática

A última mesa do evento foi mediada por Mel Gatti de Godoy Pereira, coordenadora adjunta da Comissão de Acessibilidade do CAU/SP, e apresentou três espaços de destaque na cidade de São Paulo e que são amplamente acessíveis para pessoas com deficiências. Foram eles: Tribunal de Contas do Município de São Paulo, apresentado pelos profissionais José Berti Kirsten e Gilberto Serai; Biblioteca Mario de Andrade, apresentado pela arquiteta Renata Semin; e SESC 24 de Maio, apresentado pela



arquiteta Marta Moreira, que colaborou com o arquiteto Paulo Mendes da Rocha, responsável pelo projeto.



Publicado em 06/09/2018
Da Redação

CONVITE DE ASSINATURA DO TERMO

COMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACESSIBILIDADE DO CAU/SP

CONVIDA PARA CERIMÔNIA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO
CAU/SP E SECRETARIA MUNICIPAL DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA

DATA: 13/11/18
HORÁRIO: 16:30
LOCAL: SALA DE IMPRENSA
EDIFÍCIO MATARAZZO





Conselho assina Termo de Cooperação Técnica para promoção de conceitos de Acessibilidade



Termo de Cooperação Técnica entre CAU/SP e Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência é assinado na sede da Prefeitura de São Paulo.

A sensibilização dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo nos conceitos do Projeto de Acessibilidade e Desenho Universal é o objetivo do Termo de Cooperação Técnica assinado nesta terça-feira, dia 14/11, entre o CAU/SP e a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo.

A solenidade de assinatura aconteceu na sede da Prefeitura de São Paulo, no centro da capital, e contou com a presença do Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência, Cid Torquato, do Presidente do CAU/SP, José Roberto Geraldine Junior, e da Coordenadora da Comissão de Acessibilidade do CAU/SP e Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) da Prefeitura de São Paulo, Silvana Cambiaghi. Também prestigiaram a atividade: o vice-presidente do CAU/SP, Valdir Bergamini; a Coordenadora da Comissão de Ética e Disciplina, Anita Affonso Ferreira; a Coordenadora da Comissão de Comunicação, Nancy Laranjeira; e a Coordenadora Adjunta da Comissão de Acessibilidade, Mel Gatti.

Na ocasião, o Secretário Municipal ressaltou a importância do trabalho conjunto a ser desenvolvido no sentido de ampliar a difusão da Acessibilidade. “Temos a tarefa de agregar valor à Acessibilidade”, destacou Cid Torquato.

O Presidente do CAU/SP parabenizou o trabalho da Comissão de Acessibilidade pela concretização do Termo. “De nossa parte, o empenho será imenso para que possamos implementar essa agenda e dar continuidade ao plano de trabalho que temos aqui para avançar nessa importante pauta”, disse.

Para Silvana Cambiaghi, a missão da iniciativa é lembrar o compromisso da Arquitetura com dimensão humana. “O profissional tem que olhar mais o ser humano, o homem na sua diversidade. Se ele (o profissional) perceber que a gente é tão diferente e que temos necessidades e todas elas têm que ser contempladas, acabam todos os problemas de Acessibilidade”, acredita a Conselheira.



Entre os compromissos assumidos pelos órgãos, está a conjugação de esforços para a “criação de uma sociedade mais inclusiva, sem barreiras arquitetônicas, físicas, comunicacionais, sociais e atitudinais”.

Publicado
Daniele Moraes, de São Paulo

em

14/11/2018



Conselho promove workshop para capacitação de equipes em questões de Acessibilidade



Audiência do workshop no auditório da unidade Sesc 24 de maio, na região central da capital paulista.



O CAU/SP realizou nesta sexta-feira, 30/11, um workshop para capacitação de seus funcionários em questões de Acessibilidade para Arquitetura e Urbanismo.

No auditório da unidade Sesc 24 de Maio, na capital paulista, as equipes das Comissões de Acessibilidade, de Fiscalização e do setor de Atendimento do Conselho, bem como representantes de órgãos municipais, discutiram algumas das principais dúvidas sobre o tema.

Como melhor utilizar as normas de acessibilidade; a necessidade de condomínios terem unidades adaptadas; e a oferta de vagas reservadas em estacionamento foram algumas questões em pauta durante o evento.

“Hoje, o condomínio precisa [ter recursos de Acessibilidade]. Precisa aonde? Nas áreas comuns. Quando for HIS [Habitação de Interesse Social] precisa ter um percentual de apartamentos (...), e quando for HIS horizontal, tipo vila, também precisa ter percentual. E agora, começa a vigor a partir de 2019, (...) todas as empresas que forem fazer prédios, precisam fazer projetos que sejam adaptáveis”, informa a Coordenadora da Comissão de Acessibilidade do CAU/SP, Silvana Serafino Cambiaghi.

Em julho, foi sancionada a etapa final da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que obriga a construção de empreendimentos residenciais já com recursos de acessibilidade em suas áreas comuns; também estabelece que novas unidades habitacionais disponham esses recursos conforme demanda do comprador. Foi concedido um prazo até o final de 2019 para a adaptação da sociedade.

O Conselho está atento às mudanças da legislação, promovendo eventos e firmando parcerias para levar esclarecimentos à sociedade. No último dia 14, o CAU/SP assinou [um convênio de cooperação técnica](#) com Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo. O foco: a sensibilização dos arquitetos e urbanistas aos conceitos de Acessibilidade e Desenho Universal.

E em setembro, no mesmo espaço do Sesc 24 de Maio, foi realizado [o seminário “O Impacto da LBI na Acessibilidade”](#), também com organização da Comissão Temporária de Acessibilidade do CAU/SP, com o apoio da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) da Prefeitura de São Paulo, do Sesc-SP, e do Instituto de Arquitetos do Brasil – São Paulo.





Publicado em 30/11/2018
Da Redação

Seminário aborda iniciativas para ampliar Acessibilidade das cidades



Seminário de Acessibilidade foi realizado no edifício Martinelli, no centro da capital paulista, com presença de arquitetos e urbanistas da capital e do interior.

É fundamental para arquitetos e urbanistas o conhecimento a respeito da atual legislação sobre Acessibilidade em obras e serviços, principalmente num contexto em que os poderes municipais concedem cada vez mais responsabilidade aos profissionais de Engenharia e Arquitetura.

Esta responsabilidade é um efeito das iniciativas recentes de algumas prefeituras para desburocratizar os processos para aprovação e liberação de obras.

O assunto foi um dos temas debatidos durante o seminário realizado nesta sexta-feira, 15/02, sobre “Procedimentos de comprovação de Acessibilidade em projetos e obras”, promovido pelo CAU/SP em parceria com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo e com o apoio da Comissão Permanente de Acessibilidade (Prefeitura de São Paulo).

Em foco, as iniciativas da capital e de várias cidades do interior (Campinas, Ribeirão Preto, Santos, Socorro e Ourinhos) para cumprir e fiscalizar a legislação atual sobre a acessibilidade em projetos e obras.

“Nós já entendemos que não existe Arquitetura sem acessibilidade”, afirmou Fernando Augusto Tavares, diretor técnico do Departamento de Edificações (EDIF), da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, sintetizando o grande tema do evento.



E cada cidade enfrenta seus próprios desafios para tornar realidade a “acessibilidade arquitetônica”, incluindo a megalópole do Estado.

“A legislação de acessibilidade é muito rígida, é muito ‘preto no branco’. E é muito complicado [aplicar] uma legislação tão ‘preto no branco’ a uma cidade tão cheia de nuances como São Paulo”, comentou o Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência, Cid Torquato, na abertura do evento.

Para os profissionais, trata-se do dever (expresso no Código de Ética) de cumprir a legislação da área, em todos os seus aspectos técnicos. “A Acessibilidade é medida. (...) A Acessibilidade é ou não é. Ou a pessoa entra ou a pessoa não entra; ou a pessoa vai ao banheiro ou a pessoa não vai”, atestou Silvana Cambiaghi, presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade de São Paulo (CPA) e Coordenadora da Comissão de Acessibilidade do CAU/SP.

Um “passivo” de décadas

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência entrou em vigor a partir de 2016. Mas há vários anos as cidades têm adotado suas próprias iniciativas para reformar os “obstáculos” à fruição da cidade para os cidadãos com algum grau de impedimento em mobilidade.

A capital paulista, por exemplo, criou a Comissão Permanente de Acessibilidade em 1996. No entanto, em uma cidade com mais de 400 anos, e somente algumas décadas de preocupação com a Acessibilidade, o “passivo” ainda é muito grande, como afirmou o arquiteto da Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais, e conselheiro do CAU/SP, Claudio de Campos.

Uma das dificuldades é padronizar o atendimento da legislação nas 32 subprefeituras da capital. Cada subprefeitura tem um setor de aprovação de projetos, e nem todas as equipes conhecem as leis no mesmo nível. “Estamos procurando constantemente levar esse aprimoramento”, afirmou, acrescentando que a Secretaria oferece cursos de especialização aos funcionários.

O interior paulista em busca de acessibilidade

A preocupação com a Acessibilidade não é exclusividade dos grandes centros urbanos. A cidade de Socorro, a pouco mais de 100 km da capital, e com uma população estimada de 40,6 mil habitantes, levou bastante a sério o tema.

A partir de uma articulação entre iniciativa privada e poder municipal, prédios públicos, pontos turísticos, museus, igrejas, lojas e hotéis se adaptaram. Rampas, sinalização em braile e elevadores externos se tornaram parte da paisagem urbana.

“Quando a cidade define realmente, dentro de seu plano de ação, benefícios, tanto para turismo quanto para a economia local (...) podendo atender a todos, os resultados se traduzem num incremento muito grande para toda a cidade”, disse Paulo Mantovani, conselheiro do CAU/SP convidado a falar sobre a cidade.

A importância do setor público

O conselheiro do CAU/SP, Nelson Gonçalves de Lima, que abordou as iniciativas de Santos (onde foi Secretário de Desenvolvimento Urbano entre 2013 e 2016), afirmou que a adoção da Acessibilidade já se tornou um processo “irreversível”, lembrando da resistência inicial dos bancos em adotar ações neste sentido, mas que posteriormente acabaram por se conscientizar da importância do tema.

Os integrantes da mesa ressaltaram a importância do poder público para que a “acessibilidade arquitetônica”, prevista em lei, não vire letra morta. “A Acessibilidade, nós somente vamos fazer com que realmente aconteça, se a gestão assim o quiser”, declarou José Antonio Lanchoti, arquiteto da Secretaria de Planejamento de Ribeirão Preto e também conselheiro do CAU/SP.

Mas é importante também que a sociedade se envolva, porque, como muitos integrantes da mesa lembraram, “gestões mudam”.

Em Ourinhos, a associação local dos engenheiros e arquitetos, e outras entidades, pressionam os órgãos públicos para fiscalizar o cumprimento da legislação, como atesta a arquiteta e urbanista Ludimila Biussi, integrante da Comissão de Acessibilidade do CAU/SP.



“Hoje nós conseguimos cobrar de todo mundo a Acessibilidade, com calçadas acessíveis, com rampa. E na construção do primeiro shopping em Ourinhos, tivemos todo o cuidado com a questão da Acessibilidade”.

Mais responsabilidade para o profissional

Ribeirão Preto e Campinas são exemplos de localidades que, ao facilitar a burocracia para aprovação de obras, transferiram mais responsabilidade para os profissionais envolvidos tecnicamente nos projetos e obras.

A primeira usa o chamado “ITA”, sigla para Informativo Técnico de Acessibilidade, em que o responsável declara, por escrito, que o projeto obedece a cada um dos critérios da lei nesta área. Em Campinas, há o sistema de emissão de alvará chamado “ARI” (Aprovação Responsável Imediata), que encurta o processo em duas semanas.

“Toda a responsabilidade é do arquiteto, do engenheiro e do proprietário. É assinado um termo, esse termo tem Acessibilidade também, e que vai ser verificado no ‘Habite-se’; (...) e nessa questão da aprovação imediata, toda a responsabilidade será nossa”, diz Mel Godoy, conselheira do CAU/SP e Vice-Presidente da Comissão de Permanente de Acessibilidade da Prefeitura Municipal de Campinas.

Publicado 15/02/2019

Da Redação

São Paulo, 13 de março de 2019.

SILVANA SERAFINO CAMBIAGHI

Coordenador

MEL GATTI DE GODOY PEREIRA

Coordenador-Adjunta

EDUARDO FLORES AUGE

Membro

ROGÉRIO ROMEIRO

Membro

LUDIMILA DE FÁTIMA BIUSSI AFONSO

Membro